

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**2ª CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0222359-35.2012.8.19.0001**

APELANTE: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

APELADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

RELATOR: DESEMBARGADOR PAULO SÉRGIO PRESTES DOS SANTOS

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DA CAPITAL. JUIZ:  
AFONSO HENRIQUE FERREIRA BARBOSA

**DECISÃO**

**Apelação. Chuvas ocorridas no Município do Rio de Janeiro. Praça da Bandeira. Alagamento. Bem segurado que ficou danificado. Omissão genérica que não tem o condão de excluir a responsabilidade do apelante. É fato publico e notório que na Praça da Bandeira, em dias de chuvas, o local fica completamente inundado, provocando a danificação de veículos, em decorrência da ausência de obras e infraestrutura para o escoamento do grande volume de água provocado pelas chuvas. Ainda que o apelante alegue a ocorrência de omissão genérica, tal fato não tem o condão de elidir a sua responsabilidade, porquanto a omissão do Município em realizar obras de escoamento e limpezas das galerias águas pluviais existentes na região concorreu para a eclosão do evento danoso. Dano material comprovado. Honorários advocatícios fixados em consonância com o §4º, do artigo 20, do CPC. Recurso a que se nega seguimento. Art.557, caput, do CPC.**

O autor PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS ajuizou ação de cobrança por danos causados em acidente de veículos em face do Município do Rio de Janeiro, objetivando a condenação do réu ao pagamento de R\$ 9.889,00, devidamente atualizado monetariamente e com juros desde a data do desembolso. O autor, em resumo, alega que no dia 25/04/2011, o veículo segurado foi sinistrado por enchente/alagamento, tendo a seguradora desembolsado o valor de R\$ 9.889,00 em favor da segurada; aduz a responsabilidade da Administração Pública no seu dever de agir, decorrente de sua omissão em evitar o dano; salienta que é fato público e notório

a ocorrência de alagamentos na Praça da Bandeira; e, por fim, requer a procedência do pedido.

Sentença de fls.240 (Pasta 00259 – autos eletrônicos), julgando extinto o processo sem julgamento de mérito, na forma do art.267, IV e VI, do CPC;

Apelação de fls.245/247 (Pasta 00264 – autos eletrônicos) pugnando pela anulação da sentença.

Decisão de fls.283/288 (Pasta 00283 – autos eletrônicos), dando provimento ao apelo para anular a sentença.

Em contestação de fls.308/323 (Pasta 00308 - autos eletrônicos), o réu MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, em resumo, alega a ausência de provas e do nexo de causalidade; salienta a impossibilidade de condenação do ente público por omissão genérica; alega a ausência de comprovação de dano material; e, por fim, requer a improcedência do pedido.

Réplica as fls.361/362.

AIJ as fls.404.

A sentença de fls.408/413 (autos eletrônicos), julgou procedente o pedido, extinguindo o feito com resolução do mérito, na forma do artigo 269, I do CPC, para CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R\$ 9.889,00, incidindo correção monetária e juros moratórios legais a contar da data do efetivo desembolso. Juros de mora na forma do artigo 1º-F, da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009, e correção monetária com base no IPCA. A sentença condenou o réu ao pagamento de honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 1.000,00.

Em razões recursais de fls.418/437 (autos eletrônicos), o apelante, em resumo, alega que não se pode imputar ao ente público uma conduta omissiva genérica; aduz a ausência de provas e do nexo de causalidade, diante do caso fortuito e força maior; salienta a ausência de comprovação do dano material; pugna pela redução dos honorários advocatícios; e, por fim, requer o provimento do apelo para reformar a sentença.

Em contrarrazões recursais de fls.445 (autos eletrônicos), o apelado pugnou pelo desprovimento do apelo.

Em parecer de fls.256 (autos eletrônicos), o Ministério Público alega a ausência de interesse a justificar a sua intervenção no feito.

É o relatório.

*Ab initio*, mantém-se a sentença monocrática.

O caso em comento versa sobre pedido de danos materiais pretendidos pelo apelado em face do apelante, em decorrência do pagamento do valor de R\$ 9.889,00 em favor da segurada, tendo em vista que o veículo foi danificado pelo alagamento ocorrido na Praça da Bandeira, diante das fortes chuvas que provocaram o alagamento na Praça da Bandeira.

É fato público e notório que na Praça da Bandeira, em dias de chuvas, o local fica completamente inundado, provocando a danificação de veículos, em

decorrência da ausência de obras e infraestrutura para o escoamento do grande volume de água provocado pelas chuvas.

Ainda que o apelante alegue a ocorrência de omissão genérica, tal fato não tem o condão de elidir a sua responsabilidade, porquanto a omissão do Município em realizar obras de escoamento e limpeza das galerias águas pluviais existentes na região concorreu para a eclosão do evento danoso, não merecendo acolhida a assertiva de exclusão do nexo de causalidade.

Sobre o tema, trago à colação a jurisprudência deste E.Tribunal, verbis:

DES. MARILIA DE CASTRO NEVES - Julgamento:  
08/02/2012 - VIGESIMA CAMARA CIVEL

Direito Administrativo. Ação de Reparação de Danos. Município de Macaé. Transbordamento de galeria de água pluvial. Alagamento do imóvel da Autora com perda de utensílios. Pretensão de indenização moral e material. Comprovada pela prova pericial a conduta omissiva da municipalidade a provocar o efetivo resultado. Enchentes que sempre atingem a localidade. Ausência de fiscalização do poder público. Dano material e moral caracterizado. Aborrecimentos imoderados suportados pelas vítimas, que conduziu ao dever de indenizar pela lesão moral que lhes foi impingida. Quantum debeatur fixado no patamar de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) que se mostrou proporcional à extensão dos danos produzidos à esfera psicológica da vítima. Manutenção da sentença. Recurso a que se nega provimento. (0020909-67.2006.8.19.0028 - APELACAO / REEXAME NECESSARIO)

DES. ANTONIO ILOIZIO B. BASTOS - Julgamento:  
02/03/2015 - QUARTA CAMARA CIVEL

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA DO MUNICÍPIO DECORRENTE DE OMISSÃO. ALAGAMENTO PROVOCADO POR AUSÊNCIA DE REPAROS NAS CANALETAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS, OCASIONANDO ENCHENTES DE ÁGUA E LAMA QUE INVADEM A RESIDÊNCIA DO AUTOR. DEVER DE INDENIZAR EVIDENTE. SENTENÇA MANTIDA. 1. No caso, a prova coligida aos autos é suficiente para demonstrar os danos morais gerados pela omissão específica do réu, estando

presentes todos os requisitos necessários para ensejar a responsabilização civil. 2. Verba compensatória arbitrada em conformidade com os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e o da vedação do enriquecimento sem causa. Precedentes. 3. Recurso a que se nega seguimento, na forma do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, confirmando-se a sentença em reexame necessário. (0021032-13.2012.8.19.0042 - APELACAO / REEXAME NECESSARIO)

Portanto, restando demonstrada a omissão genérica do Município, na realização de obras destinadas a promover o escoamento do grande fluxo de água que se acumula na Praça da Bandeira, em dias de chuvas, também não merece acolhida a assertiva de exclusão do nexo de causalidade atinente ao caso fortuito e força maior.

O dano material restou demonstrado pelo apelado, conforme Termo de Quitação de fls.42 (Pasta 00025 – autos eletrônicos), não merecendo acolhida a assertiva de ausência de comprovação do dano.

Os honorários advocatícios foram fixados na forma do §4º, do artigo 20, do CPC, em consonância com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, não comportando qualquer redução.

Por tais fundamentos, na forma do artigo 557, *caput*, do CPC, **NEGO SEGUIMENTO AO APELO**, mantendo-se na íntegra a sentença.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO PRESTES DOS SANTOS  
Desembargador Relator